



SEÇÃO: ARTIGOS E ENSAIOS

Margaridas Africanas, trabalhadoras negras do serviço público municipal de Porto Alegre: fios e tramas do racismo estrutural

African Daisies, black women workers in the municipal public service of Porto Alegre: threads and weaves of structural racism

Silvana Brazeiro Conti¹

orcid.org/0000-0001-5137-5847
silvanabrazeiroconti65@gmail.com

Dolores Sanches

Wünsch¹

orcid.org/0000-0002-5278-1465
dolores.sanches@ufrgs.br

Recebido em: 2 ago. 2022.

Aprovado em: 25 abr. 2023.

Publicado em: 27. nov. 2023.

Resumo: Este artigo aborda o tema das trabalhadoras negras no serviço público municipal de Porto Alegre, evidenciando suas histórias de vida e trajetórias profissionais no contexto do racismo estrutural, no período pós-1990. Para fins de investigação, a problematização do estudo partiu das trajetórias profissionais das trabalhadoras negras do município, que atuam nas áreas de educação, saúde e assistência social. A metodologia utilizada teve como aporte teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético, de modo que foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva analítica, com aplicação da técnica de triangulação das informações. Ademais, se utilizou a história oral para a escuta das histórias e trajetórias no contexto do racismo estrutural, que afeta diretamente as mulheres negras ao longo de suas vidas, com questões relacionadas à classe, ao gênero e à raça. Foram entrevistadas seis mulheres negras servidoras públicas de Porto Alegre, militantes da luta antirracista. Também foi usada a técnica da análise documental sobre servidores(as) públicos(as) negros(as) na Prefeitura de Porto Alegre. Como resultado, constatou-se que, do total de servidores(as) públicos(as), 6,11% são servidoras negras. E, dentre as servidoras mulheres, 10,29% são negras. Verifica-se que os fios e as tramas do racismo estrutural, tendo como protagonistas as mulheres negras servidoras públicas de Porto Alegre, apontam o entrelaçamento entre classe, raça e gênero, demonstrando as formas de luta e resistência das mulheres negras em seu tempo sócio-histórico. Os resultados evidenciam a histórica desigualdade que afeta as mulheres negras trabalhadoras na sociedade capitalista/racista e o acirramento desta pós-golpe de 2016. O racismo estrutural se particulariza no trabalho, na realidade e na vivência das mulheres negras servidoras públicas da Prefeitura, onde se constatou que todas as servidoras negras pesquisadas sofreram e sofrem racismo em seus locais de trabalho, de diversas maneiras. Conclui-se que as lutas sociais vividas pelas trabalhadoras negras servidoras do município, especialmente no que diz respeito às formas de organização e resistência contra o racismo estrutural e o racismo institucional no serviço público municipal, fortalecem a resistência como um aspecto central para a luta pela emancipação humana, sendo esta permanente, em um processo histórico contínuo e no leito da luta.

Palavras-chave: Mulheres negras. Serviço público municipal. Racismo estrutural.

Abstract: This article addresses the issue of black female workers in the municipal public service of Porto Alegre, highlighting their life stories and professional trajectories, in the context of structural racism, in the post-1990s period of the 20th century. For research purposes, the study's problematization came from the professional trajectories of black workers in the municipality, who work in the areas of education, health and social assistance. The methodology used had the historical-dialectical materialism as a theoretical-methodological contribution, where an exploratory and analytical descriptive research was carried out, with the application of the information triangulation technique. As well, oral history was used to listen to stories and trajectories in the context of structural racism, which directly affects black women throughout their lives, with issues related to class, gender and race. Six black women public servants from Porto Alegre, ac-



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

tivists of the anti-racist struggle, were interviewed. The document analysis technique was also used on black public servants in the Porto Alegre City Hall. As a result, it was found that of the total public servants in Porto Alegre, 6.11% are black servants. And among female servants, 10.29% are black. It is verified that the threads and plots of structural racism, having as protagonists the black women public servants of Porto Alegre, point out the intertwining between class, race and gender, demonstrating the forms of struggle and resistance of black women in their socio-historical time. The results show the historical inequality of black women workers in capitalist/racist society and the intensification of this post-2016 coup. Structural racism is particularized in the work, in the reality and experience of black women public servants of the city hall, where it was found that all black female servants surveyed suffered and do suffer racism in their workplaces in different ways. It is concluded that the social struggles experienced by black workers who serve the municipality, especially with regard to the forms of organization and resistance against structural racism and institutional racism in the municipal public service, strengthen resistance as a central aspect of the struggle for human emancipation, which is permanent and in a continuous historical process, and in the bed of struggle.

Keywords: Black women. Municipal public service. Structural racism.

Introdução

As primeiras palavras deste artigo tratarão sobre conhecimento-emancipação, ou seja, busca-se conhecer o mundo e lutar por uma emancipação coletiva da sociedade. É com essa direção que o presente artigo abordará o tema das trabalhadoras negras no serviço público municipal de Porto Alegre, evidenciando suas histórias de vida e trajetórias profissionais no contexto do racismo estrutural, no período pós-1990.

De acordo com Sueli Carneiro (2019, p. 56), "a mulher negra não participa do processo produtivo em igualdade de condições com homens brancos, negros, amarelos, e mulheres brancas e amarelas". Situa-se, assim, na base da hierarquia social e, por esse motivo, é penalizada tanto em relação a oportunidades quanto à mobilidade na estrutura ocupacional.

O racismo chegou ao Brasil pelo mar. Atracou por aqui pelos navios que carregaram, por quase quatro séculos, cerca de cinco milhões de pessoas (famílias negras inteiras). Arrancadas

do seu continente, de seus países de origem, tiveram suas histórias e raízes negadas para servir à corte portuguesa, especialmente aos grandes proprietários brasileiros, da maneira mais violenta que existe: escravizados(as).

Com forte acento na efetivação do mercado transatlântico de escravos(as), o Brasil foi o país que mais "importou" africanos(as) no período da escravatura. Um título que, além de vergonhoso, reverbera pelos séculos da história do país até hoje, em todos os cantos. O Brasil tem a segunda maior população negra do mundo, ficando atrás somente da Nigéria. Foi o último país das Américas a abolir oficialmente a escravatura, em 1888 (MARINGONI, 2011).

As consequências estruturais do longo passado escravagista permanecem até hoje, isto é, o racismo continua assumindo diversas formas de manifestação. O racismo faz parte da história moderna, guardando relação com a formação do Estado. Segundo Almeida (2019), o conceito de raça foi desenvolvido pelo modelo do Estado burguês para eleger o sujeito universal e organizar as relações políticas, econômicas e jurídicas a partir da categorização em classes dos indivíduos, com o fim de preservar o grupo hegemônico.

Neste artigo, conheceremos mais de perto os fios e as tramas do racismo estrutural, que se apresenta num contínuo processo sócio-histórico, pelas histórias vividas e contadas por trabalhadoras negras do serviço público municipal de Porto Alegre. Nesse sentido, foram entrevistadas seis mulheres negras servidoras públicas de Porto Alegre, militantes da luta antirracista, sendo duas servidoras da área da educação, duas da saúde e duas da assistência social.

As entrevistadas serão apresentadas, neste artigo, como Margaridas Africanas², em uma referência e associação às mulheres negras históricas, vinculando as suas histórias e lutas com as das mulheres negras da atualidade, que seguem lutando e sofrendo racismo ao longo do tempo. Isso porque as mulheres negras se conectam por

² Essa denominação alude a uma exposição fotográfica (2004/2016), organizada por Silvana Conti, chamada "Margaridas Africanas". Na exposição, mulheres militantes sociais foram fotografadas e renomeadas com nomes de mulheres negras que contribuíram significativamente para a construção da luta contra o racismo, vencendo os obstáculos do seu tempo. Acompanhou a amostra fotográfica uma breve história de cada mulher negra representada.

suas histórias e lutas pelos caminhos de ancestralidade, memória, histórias contadas, sofridas, superadas, o que ajuda a entender os nexos das individualidades e da coletividade entre elas.

Dessa forma, as participantes do estudo foram chamadas de Margaridas Africanas e conectadas em um movimento simbólico de circularidade, ancestralidade, por meio da oralidade, que fazem parte dos valores civilizatórios afro-brasileiros.

Cada entrevistada recebeu o codinome de uma mulher negra que se destacou nas lutas pelo fim do racismo. São de diversos lugares, profissões, tempos históricos e, sem dúvidas, trazem grandes contribuições para a atualidade. São elas: Lélia Gonzalez, Rainha Nzinga, Elza Soares, bell hooks, Rosa Parks e Princesa Aqualtune. Assim, as vozes e a história de cada uma das mulheres negras entrevistadas se conectam entre si e com as histórias de milhares de mulheres negras que vivem e resistem ao racismo há séculos.

Utilizou-se a técnica da história oral (DINIZ *et al.*, 2019); as histórias narradas possibilitam momentos de intensas trocas de saberes e experiências cheias de sentido e emoção. Ficou nitido que as dores e as marcas do racismo estrutural estão presentes ao longo de suas histórias e trajetórias. Os diálogos, com as entrevistas, foram muito significativos para compreendermos a conexão entre as mulheres negras em cada tempo histórico e que o racismo diário acontece de forma atemporal.

No processo de análise, também nos desafiámos a construir, a partir das histórias de cada entrevistada, diálogos com Kilomba (2019), que descreve o racismo cotidiano não apenas como a reencenação de um passado colonial, mas também como uma realidade traumática, que tem sido negligenciada.

Salientamos que a luta por emancipação das mulheres faz parte da luta geral por emancipação de toda a sociedade, porém, adquire contornos próprios no Brasil, considerando o longo e criminoso processo de colonização que teve por base o sistema escravista e o patriarcado.

Assim, em síntese, este artigo está constituído em três momentos: no primeiro, apresentam-

-se autores que abordam questões da origem histórica do racismo estrutural, bem como suas relações com o capitalismo e com o Estado; no segundo momento, as Margaridas Africanas contam suas histórias a partir da técnica da história oral, trazendo suas vivências pessoais, no trabalho e na militância, sobre o racismo sofrido ao longo de suas histórias de vida e suas formas de enfrentamento ao racismo estrutural; e, no último momento, realizamos o diálogo com Grada Kilomba e as mulheres que são entrevistadas por ela, que vêm de diásporas africanas diferentes, mas partilham a mesma vivência. Há uma experiência coletiva, global, que é idêntica, uma experiência de opressão.

Racismo estrutural

O termo "negro" surgiu com o advento da modernidade, a qual foi responsável por sua constituição, consolidação e, ainda hoje, para sua manutenção. Sua existência simplificou a gama de direitos vivenciados pelos cidadãos europeus em detrimento dos direitos dos(as) negros(as).

Para Mbembe (2017), foi no colonialismo que a racionalização da raça passou a servir como fundamento de dominação. O Estado age em constante estado de exceção e de sítio, reproduzindo guerras, homicídios, políticas de repressão e suicídio. O autor vai mais longe, argumentando, ainda, que a raça e a classe social caminham juntas. Se, um dia, a luta de classes acabasse, o racismo poderia continuar existindo.

A abolição da escravatura não produziu a liberdade e a integração do(a) negro(a) à cidadania; antes, foi responsável pela criação de atritos raciais, um problema, um incômodo, que só seria minimizado com o embranquecimento cultural e com o respeito aos espaços que são reservados aos brancos, e não aos negros. As consequências estruturais do longo passado escravagista permanecem até hoje, isto é, o racismo continua se manifestando de diversas formas.

Desde o século XVI, quando os(as) negros(as) oriundos(as) de vários países do continente africano começaram a desembarcar na América portuguesa, de forma forçada, para trabalhar

nas lavouras de cana-de-açúcar e nas minas de ouro, começou um longo período de usurpação da liberdade dos escravizados(as). Como efeito, geraram-se graves consequências para suas vidas e para aqueles(as) que vieram depois.

O racismo estrutural é um conjunto de práticas, hábitos, situações e falas embutido em nossos costumes que promove, direta ou indiretamente, a segregação racial. Ele permeia todas as estruturas da sociedade, seja na política, seja na educação, seja na economia, seja na saúde. Por ser uma maneira mais "velada", e até imperceptível, essa forma de racismo tende a ser ainda mais perigosa. Isso porque inclui comportamentos que consideramos normais e naturais, mas que fazem parte de uma herança racista, que acompanha a nação brasileira desde a colonização.

As mulheres negras foram sempre relegadas a postos subalternos, tratadas como seres humanos inferiores e, geralmente, representadas por sua sexualidade, sendo objetificadas, portanto vistas como mercadorias.

Segundo Almeida (2019, p. 50):

O racismo estrutural é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional.

O autor apresenta a distinção entre preconceito, racismo e discriminação, uma vez que esses termos são compreendidos por algumas pessoas e grupos como sinônimos.

Assim, o preconceito deve ser entendido como a construção de juízos estereotipados sobre determinada pessoa ou determinados grupos. Ele pode ou não resultar em práticas discriminatórias.

Segundo Almeida (2019, p. 23), "a discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados". Ela fica evidente, de forma direta, no repúdio manifesto a indivíduos ou grupos motivado pela condição racial. É o que ocorre em países que proíbem ou dificultam a entrada de negros, de

latino-americanos, de muçulmanos, de pessoas de origem árabe ou persa, ou em estabelecimentos que se recusam a atender clientes de determinada raça.

Já na forma indireta, é um processo em que a situação específica de grupos minoritários é ignorada. Ela fica patente quando não se leva em conta a forma como vive a maioria dos negros no Brasil. Por trás da neutralidade racial, esconde-se um processo discriminatório.

A negação do racismo e a evolução do conceito de democracia racial se aperfeiçoaram com o conceito de meritocracia, segundo o qual os negros que se esforçarem poderão usufruir de direitos iguais aos dos brancos. Tal conceito, na prática, apenas serviu para a manutenção da desigualdade entre brancos e negros.

Para falar sobre política, o autor se fundamenta em Achille Mbembe³ e seus escritos sobre biopolítica, necropolítica e racismo. Almeida (2019) também trata da relação entre racismo e economia, apontando que a raça é um fator que promove e que justifica imensa desigualdade econômica. Para ele, o racismo é constituinte da economia. Por isso, entendemos que toda e qualquer ação de combate ao racismo deve levar isso em consideração.

A propósito, os estudos desses autores sobre o racismo estrutural levam em conta as relações econômicas, já que, para eles, a real desigualdade está relacionada à classe, e não à raça. Os autores afirmam, acertadamente, que causas cumulativas de racismo cooperam com a inferiorização dos(as) negros(as), como o fato de ser pobre, mulher e LGBT, por exemplo.

Além disso, o autor mostra que as crises existentes no capitalismo serviram para adaptar as manifestações do racismo. O poder e a dominação do grupo dominante se moldaram às novas necessidades de mercado, destinando aos(as) negros(as) os piores lugares.

A escravização negra, raiz da formação brasileira, é a razão para a persistente desigualdade racial que conduz o conjunto das relações econômicas,

³ É um dos maiores pensadores da atualidade. Professor universitário de História e de Ciência Política em Joanesburgo e nos EUA. Autor de importantes obras que tratam sobre racismo, descolonização, necropolítica, entre outros assuntos.

sociais, culturais e institucionais do país. Diante do histórico de centenas de anos de escravidão, seguidos de liberdade sem suporte, nasceu o racismo estrutural.

As Margaridas Africanas contam suas histórias

Margaridas Africanas. Flores de muitas cores, muitos cheiros, muitas folhas. "Sem folhas, não tem vida. Sem folhas, não tem nada."

As mulheres negras de África e da diáspora expressam as margaridas africanas em muitas identidades: são belíssimas, fortes, resistentes, exibem extrema beleza e realeza. E sorriem.

Sorriem para mostrar a sabedoria peculiar das mulheres negras, feministas muito antes de a palavra ser forjada nas literaturas acadêmicas. Sorriem para mostrar que suas ancestrais ensinam para elas – e só para elas – todos os segredos do axé.

Sorriem para exibir a realeza das Yabás e Orixás que vivem nelas.

Sorriem para que as crianças negras do Brasil e do mundo inteiro também sorriam ao se darem conta de que descendem de Lélia Gonzalez, Rainha Nzinga, Elza Soares, bell hooks, Rosa Parks, Princesa Aqualtune [...].

Sorriem. Também se colocam sérias. Estudam, trabalham, batalham, se impõem, exigem respeito, exigem espaços de poder.

São jovens, velhas, crianças, bem pretas, menos pretas, lésbicas, heterossexuais, trans, muito sábias, jogadoras de futebol, lavadeiras, artistas, intelectuais, servidoras públicas, mães de santo, médicas, ativistas dos movimentos sociais, professoras, sindicalistas, assistentes sociais, dentistas, enfermeiras, psicólogas, operárias, desempregadas, mães que criam seus filhos e filhas sozinhas, domésticas, dançarinas...

São mulheres. São negras.

Ocupam os mais diferentes espaços no mundo e no Brasil: do Amapá ao Rio Grande do Sul. Estão em todos os lugares. São rainhas. São princesas. Não precisam de coroas, nem capas, nem carrosséis, nem fadas-madrinhas, nem príncipes e reis que as protejam.

Seus cabelos protegem e ornamentam a cabeça, além de desafiarem heroicamente a lei da gravidade: crescem para cima!

As capas são desnecessárias: a melanina que cobre suas lustrosas peles as ornamenta naturalmente. A força ancestral as leva para onde quiserem ir. As Yabás as orientam.

São feministas, lutam por sua sobrevivência, de suas famílias e descendentes desde sempre.

São Margaridas Africanas que têm a sabedoria das anciãs e a suavidade das crianças. E sorriem. E ensinam.

As flores e folhas não são apenas beleza. Têm perfume. Têm axé⁴.

Como evidenciamos no início deste artigo, as vozes e a história de cada uma das mulheres negras participantes do estudo receberam o codinome correspondente a mulheres negras referenciadas pelas suas trajetórias, cujas falas conectam-se entre si e com as histórias de milhares de outras mulheres negras que vivem e resistem ao racismo há séculos.

A apresentação de cada uma expressa o quanto suas histórias se entrelaçam e dão sentido para serem nominadas de Margaridas Africanas. Elas se apresentam, falam, gritam, põem "o pé na porta", choram, sorriem, resistem, lutam...

Assim, a seguir, serão apresentadas as mulheres negras que se destacaram nas lutas pelo fim do racismo. São mulheres inseridas em diferentes áreas, tempos históricos e que, sem dúvidas, trazem grandes contribuições para a atualidade. São elas: Lélia Gonzalez, Rainha Nzinga, Elza Soares, bell hooks, Rosa Parks e Princesa Aqualtune. Na sequência, será a vez de as sujeitas do estudo serem apresentadas por seus respectivos codinomes.

Abram alas que as Margaridas Africanas vão passar!

Lélia Gonzalez

Figura 1 – Lélia Gonzalez



Fonte: A Atualidade... (2021).

Lélia Gonzalez é referência internacional nos estudos interseccionais de gênero, raça e classe e inspira porque, além de deixar um grande

⁴ Este texto poético foi escrito por Silvana Conti e contou com a colaboração poética de Ariane Celestino Meireles. Fez parte da exposição fotográfica "Margaridas Africanas", ocorrida no 11º Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho, na cidade do México, em 2009.

legado, abriu passagem para uma contribuição enorme que tem fertilidade em todas as áreas do conhecimento e as perpassa (ALMEIDA; NUNES, 2021). Foi pioneira da crítica ao feminismo clássico, branco, brasileiro.

A voz de Lélia Gonzalez (codinome)

Eu venho de uma família que sempre teve fortes conflitos raciais; é interessante porque eu me descobri negra não foi desde pequena, foi a partir de quando eu vim para Porto Alegre; não é que eu não me enxergasse no espelho, mas o fato de ter me nominado e de ter assumido.

Rainha Nzinga

Figura 2 – Rainha Nzinga



Fonte: Nzinga... (2015).

Rainha do Ndongo, atual Angola, Nzinga Mbandi (1582-1663) entrou para a história como combatente destemida, exímia estrategista militar e diplomata astuciosa. Ela chefiou pessoalmente o exército até os 73 anos e era tão respeitada pelos portugueses que Angola só foi dominada depois da sua morte, aos 81 anos.

A voz de Rainha Nzinga (codinome)

Tenho 50 anos, sou de uma família de cinco irmãos, do interior do Rio Grande do Sul, de Rio Grande. Nos mudamos bastante, passamos por muitas dificuldades porque era só minha mãe que era provedora.

De certa forma, a gente sempre... eu sempre sofri racismo. A primeira vez que eu percebi o racismo, eu tinha 10 anos, foi na escola. A professora disse que eu não era para aquela turma. Eu lembro que ela me fez sentar no fundo da sala... Então ela me segregava assim, ela me segregou, porque eu era a única, depois eu fui entender o porquê disso. Eu era a única negra da turma.

Rosa Parks

Nascia, no dia 4 de fevereiro de 1913, aquela que seria chamada de "mãe do movimento dos direitos civis", nos Estados Unidos. Ativista negra, um dos maiores símbolos dos direitos civis dos negros dos Estados Unidos da América (NASCIMENTO, 2021, s.p.).

Figura 3 – Rosa Parks



Fonte: Nascimento (2021).

Rosa Parks foi revolucionária e fez história se opondo às leis segregacionistas. Em 1º de dezembro de 1955, sua força e garra registraram um dos momentos mais importantes na luta travada por anos. Naquela época, no Alabama, ocorriam os maiores conflitos raciais desde 1900. [...] Certo dia, Rosa Parks pagou sua passagem como qualquer outro americano, mas em determinado momento da viagem o motorista pediu a ela que cedesse o seu lugar para um homem branco, e ela recusou-se, acabou sendo presa. A notícia se espalhou rapidamente, e a prisão de Rosa Parks provocou um boicote aos serviços de transporte de ônibus (NASCIMENTO, 2021, s.p.).

A voz da Rosa Parks (codinome)

Eu tenho 53 anos, sou uma mulher negra. Eu sou a filha do meio, eu tenho mais duas irmãs, uma mais velha e a outra mais nova. Pai já é falecido, a mãe ainda é viva, tem 77 anos, já é idosa.

Durante toda minha infância, durante a escola, eu fiz desde o jardim na mesma escola, do jardim à 4ª série; a gente sofria muito bullying, muito racismo, a gente era chamada de negras macacas, de cabelo carapinha, cabelo pixaim. Então tinha várias coisas que naquele período a gente não entendia, porque em casa a gente não falava sobre isso.

bell hooks

bell hooks foi uma autora, professora, teórica feminista, artista e ativista antirracista estaduni-

dense. Publicou mais de 30 livros e numerosos artigos acadêmicos, além de aparecer em vários filmes e documentários.

Figura 4 – bell hooks



Fonte: Carlos (2020).

Segundo a autora, podemos dizer que é um "pensar negro" entender que a nossa negritude e a nossa epistemologia são relevantes, pois nós somos relevantes, nosso pensamento tem de estar dentro das instituições, assim como nós temos de estar presentes. E isso é perigoso (CARLOS, 2020, s.p.).

"Amar a negritude" é o ato de descolonizar e romper com o pensamento supremacista branco que insinua que somos inferiores, inadequados, marcados pela vitimização (HOOKS, 2019). Internalizar para si o amor pela sua cor; pela sua cultura; pelos seus traços e pelos seus modos. [...] "Em nossos empregos, quando nos expressamos a partir de um ponto de vista descolonizado, arriscamos ser vistos como perigosos e pouco cordiais" (CARLOS, 2020, s.p.).

A voz de bell hooks (codinome)

Tenho 50 anos e nasci em uma família negra, essencialmente negra; meus avós se casaram duas vezes, então a família da minha mãe é uma família muito grande. A minha referência sempre foi o meu pai, então esse sobrenome sempre teve um peso muito grande e ele tem um peso, porque é um sobrenome italianíssimo, com uma família que é essencialmente negra.

Ele tinha um grupo de Educação de Jovens e Adultos em casa, que eu acho que é uma das partes mais interessantes da nossa família; então ele ajudava, ele alfabetizava os homens, basicamente homens, tem esse detalhe de gênero, negros da comunidade.

Princesa Aqualtune

"Aqualtune foi uma princesa africana, filha do rei do Congo. No final do século XVI, sua nação foi

invadida por um grupo de mercenários e, apesar de Aqualtune comandar um grupo de cerca de 10 mil homens e mulheres contra os invasores, seu povo foi derrotado" (GARCIA, s.d., s.p.). Após a derrota, Aqualtune foi vendida como escrava e trazida para o Brasil, mas resistiu, lutou e fugiu.

Figura 5 – Princesa Aqualtune



Fonte: Garcia (s.d.).

A voz de Princesa Aqualtune (codinome)

Eu me lembro que, na minha infância, morava em uma casa; era na Chácara das Pedras, próximo ao Quilombo do Silva, que isso depois eu fui ver era próximo, porque eu não sabia na época. Meu avô fundou no bairro Rio Branco, que era outro bairro onde era a antiga Colônia Africana, uma sociedade espírita tem uma placa com o nome dele lá.

Elza Soares

Figura 6 – Elza Soares



Fonte: Folha de S. Paulo (2022).

Um dos principais nomes da música brasileira, a artista nasceu no bairro de Padre Miguel, no Rio de Janeiro, em 1931. Aos 12 anos, foi obrigada pela família a abandonar os estudos e a se casar com um amigo do pai depois de sofrer uma tentativa de estupro. [...] A frase "eu vim do planeta fome" foi dita por ela durante participação em um show de calouros de Ary Barroso, no rádio. Ele perguntou: "De que planeta você veio?". E a resposta veio depois que o apresentador e o público riram da roupa da cantora, que estava com um vestido da mãe, preso com alfinetes, pois era muito magra (UNIVERSA, 2022, s.p.).

A voz de Elza Soares (codinome)

Eu sou natural aqui de Porto Alegre; nasci no ano de 1966, então eu tenho 55 anos. Acho importante colocar que teve uma situação, isso foi bem, assim quando tu te dá conta realmente do racismo, devia ter o que, uns 7 ou 8 anos, na época estava passando o filme Xica da Silva. Teve um certo dia que se formou um cortejo durante a escola até eu entrar no meu portão, foram cantando a música da Xica da Silva [cantarola].

Passaremos, a seguir, para um momento desafiador, em que faremos algumas reflexões e um possível diálogo das Margaridas Africanas com a autora Grada Kilomba.

Nas falas iniciais das seis servidoras públicas negras de Porto Alegre, fica nítido que suas histórias de vida se entrelaçam e se conectam entre si e com as nossas ancestrais, já que "nossos passos vêm de longe".

Por meio da voz dessas mulheres negras, nossos passos se ampliam, nossas vozes se amplificam; como nos diz hooks (2019, p. 39), "esse ato de fala, de 'erguer a voz', não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta".

Diálogos com Grada Kilomba e as marcas do racismo

Neste estudo, como já referido, buscamos também, entre as referências teóricas, a autora que entrevistou mulheres da diáspora africana, em cujos relatos falam de suas experiências na Alemanha.⁵ Passamos, então, a construir um diálogo entre algumas falas das entrevistadas com Kilomba (2019), no livro *Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano*, que trata de várias questões, como o gênero, o racismo, a pós-colonialidade e a branquitude. Trata, também, de experiências coletivas universais.

A autora classifica como experiências coletivas universais o que consideramos conexões entre as Margaridas Africanas; dessa forma, encontramos mais mulheres negras que se entrelaçam

em vivências do racismo, mesmo vivendo em lugares distantes e distintos.

As entrevistas realizadas pela autora focaram as narrativas biográficas, a fim de possibilitar a reconstrução da vivência negra dentro da lógica racista. Foram realizadas entrevistas com seis mulheres africanas ou da diáspora (entre elas, uma afro-brasileira) que viviam na Alemanha, mas apenas as narrativas biográficas de duas dessas interlocutoras são densamente analisadas: a de Alicia (afro-germânica) e a de Kathleen (afro-estadunidense).

Para Kilomba (2019), essas narrativas biográficas revelaram informações vastas e detalhadas acerca do racismo cotidiano, pois são testemunhos de duas mulheres residentes na Alemanha que nos ajudam a compreender melhor a racialização na sociedade alemã.

A autora realiza um registro entre o biográfico e o etnográfico, tal como faz consigo mesma ao longo de todo o livro. A escravatura foi o primeiro movimento de globalização em que pessoas foram escravizadas a fim de serem levadas a outro continente para enriquecer um terceiro continente. É uma história global que une vários continentes. Kilomba (2019, p. 80) fala de racismo e do trauma do racismo, das feridas abertas que não saram:

[...] porque a história foi mal contada, contada exatamente ao contrário, e há sempre cortes que vão atingindo o mesmo sitio, e fala também do feminismo negro, que foi invisibilizado, mas lutou pelo seu próprio espaço. O feminismo ocidental fez um erro fatal, que foi dividir o mundo entre meninas e meninos, entre mulheres e homens, sendo as mulheres oprimidas pelos homens.

A autora aponta que descolonizar o conhecimento é encontrar e explorar formas alternativas e emancipatórias para sua produção, que estejam fora dos parâmetros clássicos.

A interdisciplinaridade é um modo de descolonizar e transgredir as formas clássicas de conhecimento. Kilomba (2019) trabalha com dois

⁵ O livro aqui destacado da autora Grada Kilomba é o resultado do seu trabalho de doutorado em Filosofia na Universidade Livre de Berlim, Alemanha, no qual contou com uma bolsa de estudo da Fundação Heinrich Böll. Foi publicado pela primeira vez em 2008, em Berlim, sendo o segundo livro de sua autoria.

conceitos fundamentais: a interdisciplinaridade e as configurações de poder. As últimas devem ser repensadas para abrir espaços a outras biografias, pessoas, vozes, perspectivas. Isso automaticamente traz um conhecimento emancipador e alternativo.

A história colonial tem sido muito negada no mundo ocidental, mas se trata também de um processo. Todavia, não é um processo moral. É muito importante lembrar que racismo não tem a ver com moralidade, mas com responsabilidade.

Kilomba (2019, p. 27) nos diz que:

O racismo é um modo bastante habilidoso de uma longa história de silêncio imposto. Uma história de vozes torturadas, línguas rompidas, idiomas impostos, discursos impedidos e dos muitos lugares que não podíamos entrar, tampouco permanecer para falar com nossas vozes.

Passamos a apresentar falas das entrevistadas com seus respectivos codinomes. Tais falas são denominadas *diálogos*, demonstrando que suas histórias de vida se conectam com aquelas apresentadas por Grada Kilomba em seu trabalho. Entende-se que a escrita, dessa forma, as coloca em diálogo, não importando quem disse, e sim o que é dito como marca do racismo estrutural.

Lélia Gonzalez, Rainha Nzinga, Rosa Parks, Elza Soares, bell hooks e Princesa Aqualtune em diálogos com Grada Kilomba, os quais podem ser vistos a seguir.

Primeiro diálogo

No jardim de infância, era uma menina muito tímida, chorava, fiz o jardim chorando, chorando, chorando, eu não queria ir para a escola, me lembro e tenho fotos minhas no jardim com os cabelos puxados. A gente ficava japonesa, de tanto que puxava o cabelo, para não ficar com os cabelos crespos.

Dialogando com Kilomba (2019), mais do que a cor de pele, o cabelo tornou-se a mais poderosa marca de servidão durante o período de escravização. Uma vez escravizados(as), a cor da pele de africanos(as) passou a ser tolerada pelos senhores brancos, mas o cabelo não, tornando-se um símbolo de "primitividade", desordem, infe-

rrioridade, e não civilização. O cabelo africano foi, então, classificado como "cabelo ruim".

Segundo diálogo

Eu sempre fui meio desengonçada. Ninguém queria ser meu par, eu nunca era a mais bonita da escola, eu nunca tive a possibilidade de me sentir uma pessoa, eu me sentia a cabelo de bombril, me chamavam de cabelo de bombril.

Dialogando com Kilomba (2019), tal informação aparentemente privada não é, de modo algum, privada. Não são histórias pessoais ou declarações íntimas, mas, sim, relatos de racismo. Tais experiências revelam as complexas dinâmicas entre raça, gênero e poder e como a suposição de um mundo dividido entre homens poderosos e mulheres subordinadas não pode explicar o poder da mulher branca sobre mulheres e homens negros.

Terceiro diálogo

Meu nariz é chato, minha boca é... eu sou bocuda, eu sou beçuca, eu sou negra bunduda, morria de vergonha, que bunda grande... hoje tudo que se quer é ter bunda grande, bunda e teta grande, tudo que as mulheres querem, mas eu me achava inadequada.

Dialogando com Kilomba (2019), originalmente, a palavra "negro" deriva da palavra latina para cor preta: "niger". Porém, no final do século XVIII, a palavra "negro" já havia se tornado um termo pejorativo, usado estrategicamente como forma de insulto para implementar sentimento de perda, inferioridade e submissão diante de pessoas brancas (KENNEDY, 2002).

Neste sentido, quando a palavra "negro" é proferida, a pessoa que o faz não se refere somente à cor da pele negra, mas também à cadeia de termos associados à palavra em si: primitividade, animalidade, ignorância, preguiça, sujeira, caos. Essa cadeia de equivalências define o racismo.

Considerações finais

Neste artigo, apontamos o racismo estrutural e destacamos aspectos da formação

sócio-histórica do Brasil em mais de quatro séculos de racismo. Essa realidade está evidenciada nas Margaridas Africanas trazidas neste estudo, que compuseram histórias coletivas e formas de resistência.

Evidenciou-se o entrelaçamento entre classe, raça e gênero, trazendo as lutas das mulheres negras em seu tempo histórico, compreendendo que a histórica desigualdade sobre as mulheres trabalhadoras sempre foi desfavorável. Destaca-se que, principalmente pós-golpe de 2016, com a profunda crise desencadeada pela covid-19, o desemprego entre elas se agravou e trouxe ainda mais dificuldades objetivas de sobrevivência.

Para Collins (2019), uma das dimensões da opressão de mulheres negras é a forma específica como o trabalho delas é historicamente explorado para a construção e manutenção do capitalismo. A autora defende que a interseccionalidade é, ao mesmo tempo, um conceito analítico de "projeto de conhecimento" e um instrumento de luta política, no combate às opressões múltiplas e imbricadas, com vistas à emancipação. Segundo Valadares (2007), é necessário compreendermos que a necessidade da luta contra a opressão de gênero se insere na luta contra todos os elos de opressão e pela conquista de uma sociedade radicalmente nova, sem discriminação de gênero, raça e classe.

O racismo estrutural se particulariza no trabalho como racismo institucional, a partir da realidade e vivência das mulheres negras servidoras públicas da Prefeitura de Porto Alegre. Importante destacarmos que todas as servidoras negras pesquisadas sofreram e sofrem racismo em seus locais de trabalho, de diversas maneiras, algumas vezes de forma velada e de forma explícita, como destacou Elza Soares (codinome), quando era chefe do seu setor de trabalho e as pessoas, na maioria das vezes, se dirigiam à sua colega branca imaginando que ela era a chefe do setor, já que o racismo nega a presença de negras e negros nos espaços de poder.

Ainda no século XXI, é assustador que quase não se encontrem mulheres negras em cargos de chefia ou em grandes instituições. Isso de-

monstra o quanto ainda é necessário avançarmos no enfrentamento ao racismo estrutural. Constatamos que poucas trabalhadoras negras exercem cargo de chefia na administração pública municipal, e não existe nenhuma política pública de formação e capacitação para tratar sobre o racismo estrutural. O que existem são iniciativas dos(as) trabalhadores(as) da educação, da saúde e da assistência social, com sua militância e seu trabalho, realizam o enfrentamento ao racismo estrutural sofrido cotidianamente no trabalho e na sociedade.

Assim, não é possível admitir uma maquiagem ao racismo. O racismo estrutural exige mudanças profundas e concretas para que não seja eternizado o cenário de desigualdade racial.

Após a abolição da escravatura, não houve mudanças significativas, já que não foram criados mecanismos ou políticas públicas que buscassem a igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres negras, que, supostamente, passaram a ser "livres". Não foi criado um sistema de políticas públicas para inseri-las na sociedade e garantir a essa população dignidade e direitos humanos, como moradia, saúde, educação, trabalho. Dessa forma, a população negra foi se organizando nas periferias e formando, assim, as favelas, que se transformaram em espaços de resistência e sobrevivência.

Ou seja, a abolição trouxe a liberdade jurídica, mas, socialmente, os(as) negros(as) que foram escravizados(as) e seus descendentes permaneceram inferiorizados. Não eram inseridos no mercado de trabalho, não tinham participação na política, não frequentavam as escolas, além de figurarem entre os maiores índices de mortalidade, pela qualidade de vida que levavam. Todas estas constatações se repetem na atualidade.

Destaca-se que os fios e as tramas do racismo estrutural permeiam as histórias de vida das mulheres negras, e suas lutas precisam se transformar em ações concretas e imediatas por meio de políticas públicas, entre elas a da educação, para que possamos construir possibilidades de enfrentamento ao racismo estrutural.

Portanto, uma das formas de fazer o enfren-

tamento ao racismo estrutural e a defesa da educação antirracista é uma educação comprometida com o combate a todo tipo de discriminação e preconceito racial. Entendemos a educação antirracista como uma educação das relações étnico-raciais voltada para o combate ao racismo, recontando a história da nossa sociedade, buscando atribuir os devidos papéis aos(as) sujeitos(as) envolvidos(as) e atribuindo não somente a negros e negras, mas também aos indígenas, seu protagonismo na história e na cultura do país.

Em síntese, buscou-se compreender o racismo estrutural e as lutas sociais vividas pelas trabalhadoras negras servidoras públicas da cidade de Porto Alegre, especialmente no que diz respeito às formas de organização e resistência contra o racismo estrutural e o racismo institucional no serviço público municipal. Buscou-se, ainda, a partir dos resultados do estudo, contribuir para a construção de formas de enfrentamento por meio de políticas públicas e para a formação política do movimento social e sindical.

Na continuidade do leito da luta, reafirmamos que há muito tempo as mulheres negras resistem, lutam e denunciam o racismo, as violências sofridas diariamente. Na busca pela criminalização do racismo, fizeram a disputa no período de construção da Constituição brasileira, na proposição e implementação das políticas afirmativas e legislação antirracista, na persistente denúncia do genocídio da população negra, feminicídio das mulheres negras, violência política que tenta nos calar, a sub-representação da população negra nos espaços de poder, entre outras reivindicações que expõem a dureza do perverso projeto político que se pauta no entrelaçamento do racismo com o sexismo e o capitalismo.

Referências

A ATUALIDADE do pensamento de Lélia Gonzalez. *Nossa Causa*, Curitiba, 2021. Disponível em: <https://nossacausa.com/atualidade-do-pensamento-de-lelia-gonzalez/2021/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

ALMEIDA, Ludmila; NUNES, Eduarda. Lélis em movimento. *Portal Geledés*. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/lelias-em-movimento/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

CARLOS, Anna Beatriz Passos da Silva. "Amar a negritude": a descolonização na luta antirracista. *Portal Geledés*, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/amar-a-negritude-a-descolonizacao-na-luta-antirracista/>. Acesso em: 25 abr. 2022.

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

DINIZ, Rodrigo; LIMA, Neusa Cavalcante; MARTINELLI, Maria Lúcia; MONTEIRO, Amor Antônio (orgs.). *A história oral na pesquisa em serviço social*. São Paulo: Cortez, 2019.

FOLHA DE S. PAULO. *Na Piauí 185*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2022.

GARCIA, Maria Fernanda. A princesa escravizada no Brasil que lutou pela liberdade de seu povo. *Observatório do Terceiro Setor*, São Paulo, s.d. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/a-princesa-escravizada-no-brasil-que-lutou-pela-liberdade-de-seu-povo/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

HOOKS, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019.

KENNEDY, Randall. *Nigger: the strange career of a troublesome word*. New York: Pantheon, 2002.

KILOMBA, Grada. *Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARINGONI, Gilberto. História: o destino dos negros após a abolição. *Desafios do Desenvolvimento*, São Paulo, v. 70, 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23. Acesso em: 18 fev. 2021.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2017.

NASCIMENTO, Jadson. Rosa Parks: ativista na luta contra a segregação racial, "mãe do movimento dos direitos civis" (EUA). *Agência de Notícias das Favelas*, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.anf.org.br/rosa-parks-ativista-na-luta-contra-a-segregacao-racial-mae-do-movimento-dos-direitos-civis-eua/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

NZINGA, a rainha negra que combateu os traficantes portugueses. *Portal Geledés*, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nzinga-a-rainha-negra-que-combateu-os-trafficantes-portugueses/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

UNIVERSA. "Nasci feminista": 7 lições que Elza Soares deixou para todas as mulheres. *Portal Geledés*, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nasci-feminista-7-liceoes-que-elza-soares-deixou-para-todas-as-mulheres/>. Acesso em: 12 jan. 2022.

VALADARES, Loreta. *As faces do feminismo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2007.

Silvana Brazeiro Conti

Mestra em Política Social e Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSSS/UFRGS), sindicalista e vice-presidenta da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – Rio Grande do Sul (CTB-RS). Professora aposentada da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.

Dolores Sanches Wünsch

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social (PPGPSSS/UFRGS). Vice-coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Saúde e Trabalho (NEST/UFRGS).

Endereço para correspondência

Dolores Sanches Wünsch
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana
Rua Ramiro Barcelos, 2600, sala 401 A
Santa Cecília
Porto Alegre, RS, Brasil
90035-003